

PROCLAMAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS DO PRP

Aos trabalhadores!

A todos os democratas e anti-fascistas!

Ao povo português!



Voltámos à luta! E nada nos deterá!

Hoje às 0 horas, com a entrada em greve de fome do camarada Amílcar Romano, a que se seguirão os outros presos, de 10 em 10 dias, reiniciamos a luta interrompida em Julho do ano passado.

E perante a gravidade dos últimos acontecimentos reafirmamos a nossa inabalável determinação de a levar até às últimas consequências - até à morte!

As causas são as mesmas e por isso as nossas reivindicações são fundamentalmente também as mesmas.

Mas agora são ainda mais justas.

Fundação Cuidar o Futuro
Uma situação intolerável

Com o apoio activo da extrema direita fascista infiltrada no Estado, ou de que nunca de lá saiu, Balsemão e Meneres Pimentel têm procurado sabotar todas as conquistas por nós alcançadas através da luta e praticando novas e mais graves ilegalidades.

Após ter dado entrada no Tribunal a acusação do Ministério Público contra sete agentes torturadores da P.J. do Porto, alguns são louvados pelo Ministro da Justiça. O processo fica largo meses parado. E agora o Juíz recusa-se a receber a acusação contra seis agentes e prepara-se para amnistiar o sétimo.

Como no tempo da Pide os presos políticos podem ser torturados impunemente, porque as únicas consequências são o louvor e a promoção dos torturadores.

A anulação do julgamento da Boa-Hora por violação das normas constitucionais, (tal como tinha acontecido com todos os outros), não se torna efectiva por decisão do Governo de recorrer para a Comissão Constitucional. Comissão Constitucional que deu o parecer de inconstitucionalidade em que se baseou o Supremo para anular o julgamento...

Alguns de nós estamos presos há mais de 4 anos na situação de preventivos. Mas a lei, expressamente, só permite essa situação durante dois anos!

Entretanto, o provocador-bufo Lucas, a única "prova" e "acusação", após ter recebido um perdão por proposta do Ministro da Justiça, foje para o estrangeiro com a cumplicidade da P.J. e de um Juíz do Tribunal de Penas do Porto.

Perante a fuga da "prova" os Tribunais vão adiando sucessivamente os julgamentos que ainda falta fazer.

Através da administração penitenciária, na dependência do Ministério da Justiça, alguns presos têm sido afastados para prisões a centenas de quilómetros da habitação dos seus familiares. A outros tem-lhes sido negada a liberdade condicional a meio da pena. Apesar de provadamente doentes e de reconhecidamente serem considerados presos com um comportamento exemplar. Outros ainda, já depois de terem gozado de saídas precárias prolongadas, são-lhes forjados processos pela P.J., ao fim de quatro anos de prisão, para impedir que seja considerada jurídicamente a sua libertação.

A nossa luta e a nossa situação tem dado origem paralelamente a factos graves de que não nos podemos alhear. É nomeadamente o caso dos trabalhadores da comunicação social.

Fundação Cuidar o Futuro

Administrativamente o governo tem procurado impedir que os órgãos de comunicação social noticiem a nossa situação, para que não se tornem conhecidas as suas prepotências e ilegalidades.

E últimamente, como foi amplamente noticiado, foi mesmo mais longe, instaurando processos disciplinares contra vários jornalistas e técnicos da R.T.P. 2 por terem tido a "ousadia" de realizar o programa "A Par e Passo" sobre o "Caso PRP". Depois de terem suspenso alguns destes trabalhadores o que eles visam agora é a sua expulsão da televisão. Para fazerem do seu caso um exemplo para todos os outros que não têm estado dispostos a deixarem-se utilizar, e que afirmam pelo seu trabalho objectivo o direito constitucional de informar.



Mas nunca como nas últimas semanas eles tinham ido tão longe. Perante a perspectiva de ser aprovada pelo Parlamento uma nova lei de amnistia para crimes de natureza política (que viesse a corrigir as arbitrariedades que tinham sido praticadas na aplicação da de 79), o Primeiro Ministro e o Ministro da Justiça entraram em histerismo.

Os deputados da AD foram submetidos à mais repugnante e descarada chantagem. Num triste e trágico espectáculo que mostra até que ponto eles se borrifam na independência do Parlamento e como "velam" pelo prestígio das instituições. Sem cuidarem das consequências po-

líticas para o futuro, de tão graves acontecimentos.

Um só argumento para se oporem à lei: "Razões de Estado". Quais razões? Nenhum "Anjo das insurreições" foi encontrado com coragem para as explicar. Qual Estado? Deduz-se que deve ser o de antigamente, mas também ainda ninguém tem coragem para o dizer.

Mas seguramente para alguns se não é ainda o Estado totalitário é já o seu "estado" de espírito. São os seus actos que o provam.

É neste contexto que saudamos todos os deputados que votaram a derrotada lei de amnistia e muito especialmente aqueles que resistiram à chantagem e souberam pôr acima dos interesses ideológicos e políticos a dignidade moral e o respeito pela legalidade democrática.

Com a sua coragem deram-nos coragem e confirmaram a certeza de que vale a pena lutar.

As nossas reivindicações são justas - Venceremos!

Não mendigamos nada a ninguém. Só exigimos pela luta, única forma de nos fazermos escutar pelos nossos carcereiros, (mascarados de democratas), o rigoroso cumprimento das leis.

As nossas reivindicações são as seguintes:

Fundação Cuidar o Futuro

A) Julgamento imediato dos sete agentes torturadores da P.J. do Porto acusados pelo Ministério Público, por um tribunal que dê garantias de imparcialidade e isenção a todas as partes.

B) Que se torne efectiva a anulação do julgamento da Boa-Hora através da decisão imediata do recurso pendente na Comissão Constitucional. E simultâneamente sejam considerados inconstitucionais todos os julgamentos onde se verificou a mesma situação.

C) Que sejam amnistiados todos os presos condenados definitivamente - única forma de reparar parcialmente os prejuízos morais e materiais de que foram e estão a ser vítimas.

D) Que sejam anulados os processos disciplinares aos trabalhadores da comunicação social, que exerceram o direito constitucional de informar, nomeadamente os jornalistas e técnicos da R.T.P. 2 e sejam reintegrados nas mesmas funções.



NÃO NEGOCIAREMOS COM NINGUÉM ESTAS REIVINDICAÇÕES, PORQUE NADA EXISTE PARA NEGOCIAR. TAMBÉM NÃO ACEITAMOS PARAR A LUTA COM BASE EM PROMESSAS. É NECESSÁRIO QUE TIREMOS AS AMARGAS LIÇÕES DO PASSADO.



A luta desenvolve-se em condições muito difíceis

Analisando os últimos acontecimentos temos a certeza de que esta luta se vai desenvolver em condições muito mais difíceis do que no passado. O Ministro da Justiça vai usar todos os meios repressivos ao seu dispôr para nos criar toda a espécie de dificuldades e problemas: isolamento, deturpação das informações, calúnias, ameaças e provocações.

Não temos ilusões que não nos deixarão morrer sossegados. Este tipo de indivíduos não respeitam nada. E quanto mais isolados ficam política e socialmente mais agressivos se tornam.

Mas que todos fiquem com uma certeza: não estamos dispostos a que a prepotência, o arbítrio e a ilegalidade triunfem por mais tempo. Portanto, tudo quanto nos possam fazer só reforçará a nossa determinação de ir até ao fim.

É aos órgãos de soberania e a todas as entidades públicas e privadas, cuja missão é fazer respeitar e assegurar os Direitos do Homem e a Constituição, que compete tomarem medidas imediatas para prevenir a situação. É a eles que serão pedidas contas por tudo quanto possa vir a acontecer.

Vitória ou morte

Ninguém pode considerar por acaso que tenhamos que ir para esta forma extrema de luta para fazer respeitar simples direitos consignados na lei. Tal como não foi por acaso que foram assassinados dois pacíficos trabalhadores no 1º de Maio. Este Poder está tão profundamente debilitado, tão minado de contradições que só lhe resta usar a violência e a ilegalidade para impedir a sua queda imediata.

Mas o facto de estar profundamente debilitado não pressupõe que esteja disposto a ceder pacificamente. Estamos conscientes que pode significar o contrário.

Mas o que é importante é que estamos profundamente convencidos que neste momento vale a pena correr o risco do sacrifício extremo da nossa vida para que não se instale na normalidade o arbítrio e a ilegalidade. Para dar a nossa contribuição para que as forças do fascismo que de novo ameaçam sejam definitivamente derrotadas.

A nossa luta é parte integrante da luta dos trabalhadores e do povo pela liberdade e contra o fascismo.

É porque nunca nos afastamos desta perspectiva que nos sentimos com o direito de lançar um apelo do interior da cadeia, a todos os trabalhadores e às suas organizações de classe, aos democratas de todas as tendências, aos cristãos, aos partidos políticos democráticos, aos intelectuais e artistas para que se solidarizem concretamente conosco! A nossa luta é também a vossa luta!

A todos os jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social mais uma vez lhes pedimos: não nos deixem morrer em silêncio! Informai objectivamente o povo português da nossa situação e das razões da nossa luta!

Estamos determinados a em breve sair da cadeia, ou mortos, ou em liberdade total!

De qualquer forma para ficar para sempre nesta terra que é a nossa terra, e com este povo que é o nosso povo!

Custóias, 22 de Maio de 1982

Fundação Cuidar o Futuro
Os Presos Políticos do P.R.P.

Esta Proclamação dos Presos Políticos do PRP Chegou por intermédio dos advogados.

